

Regulamentação externa e interna

Dada a extensão das atribuições da APL, S.A. e da sua área de jurisdição, as normas que regem a respetiva atividade ou que têm interesse para a mesma são muito diversas. Apresenta-se em seguida uma síntese dos normativos mais relevantes.

I. Regulamentação externa	2
I.1. Normas institucionais e de gestão pública	2
I.2. Domínio público do Estado afeto à APL, SA	2
I.3. Movimentação de cargas.....	3
I.4. Cruzeiros, náutica de recreio e marítimo-turística	4
I.5. Segurança portuária e ambiental	4
I.6. Recursos Humanos.....	5
I.7. Contraordenações	5
I.8. Normas diversas de caráter geral, designadamente:	6
II. Regulamentação Interna	7
II.1. Regulamentos referentes à atividade portuária e a outras atividades complementares:	7
II.2. Aplicação de tarifas e taxas:.....	7
II.3. Controlo de qualidade e boas práticas	8

I. Regulamentação externa

I.1. Normas institucionais e de gestão pública

- APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A. - Decreto-Lei n.º 336/98, de 3 de novembro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 334/2001, de 24 de dezembro), e Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março (que atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição) e pelo Decreto-Lei n.º 15/2016, de 9 de março, transforma o instituto público Administração do Porto de Lisboa na sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos com poderes de autoridade APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A., e aprova os seus estatutos;
- Sistema portuário nacional - bases gerais a que devem obedecer os estatutos orgânicos das administrações dos portos – Decreto-Lei n.º 348/86, de 16 de outubro, modificado por Decreto-Lei n.º 335/98, Decreto-Lei n.º 336/98, Decreto-Lei n.º 337/98 e Decreto-Lei n.º 338/98, todos de 3 de novembro;
- Plano Estratégico dos Transportes - Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro;
- Plano Estratégico Nacional do Turismo - Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2013, de 16 de abril;
- Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2014, de 12 de fevereiro.

I.2. Domínio público do Estado afeto à APL, SA

- Lei da titularidade dos recursos hídricos - Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro (retificada pela Declaração de Retificação n.º 4/2006, de 16 de janeiro), alterada pela Lei n.º 78/2013, de 21 de novembro e pela Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto;
- Delimitação do domínio público hídrico - Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro → Despacho normativo n.º 32/2008, 2.ª série, 20 de junho (Regulamento de procedimento dos processos de delimitação do domínio público marítimo pendentes em 27 de outubro de 2007); Portaria n.º 931/2010, de 20 de setembro

(instrução dos processos de delimitação do domínio público hídrico);

- Áreas sem utilização portuária reconhecida - Decreto-Lei n.º 100/2008, de 16 de junho; Decreto-Lei n.º 75/2009, de 31 de março; Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2009, de 18 de setembro;
- Lei da Água - Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro – transpõe a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, retificada por Declaração de Retificação n.º 11-A/2006, de 23 de fevereiro, alterada pelos Decretos-Leis n.ºs 245/2009, de 22 de setembro, 60/2012, de 14 de março e 130/2012, de 22 de junho, que a republicou e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro e 44/2017, de 19 de junho;
- Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março (regime complementar da água), alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 103/2010, de 24 de setembro e 42/2016, de 1 de agosto;
- Regime de utilização dos recursos hídricos - Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, alterado por Decreto-Lei n.º 391-A/2007, de 21 de dezembro, Decreto-Lei n.º 93/2008, de 4 de junho, Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro, Decreto-Lei n.º 82/2010, de 2 de julho, e Lei n.º 44/2012, de 29 de agosto; Portaria n.º 1450/2007, de 12 de novembro.

I.3. Movimentação de cargas

- Regime jurídico de operação portuária - Decreto-Lei n.º 298/93, de 28 de agosto (alterado pelo Decreto-Lei n.º 65/95, de 7 de abril, e pelo Decreto-Lei n.º 324/94, de 30 de dezembro);
- Reboque de navios e embarcações nos portos – Decreto-Lei n.º 75/2001, de 27 de fevereiro;
- Regulamento do Sistema Tarifário dos Portos do Continente - Decreto-Lei n.º 273/2000, de 9 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 129/2010, de 7 de dezembro (que cria as tarifas da autoridade de controlo de circulação de pessoas nas fronteiras); Portaria n.º 1285/2010, de 17 de dezembro (aprova a tabela das taxas a cobrar pela autoridade de fronteira nos postos de fronteira marítimos);

- Decreto-Lei n.º 51/2016, de 23 de agosto, regula as condições para obtenção do peso bruto verificado de cada contentor para exportação e fixa as condições para a credenciação das entidades que pretendam utilizar o Método 2, em cumprimento da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (Convenção SOLAS);
- Regime Jurídico do Trabalho Portuário – Decreto-Lei n.º 280/93, de 13 de agosto, alterado pela Lei n.º 3/2013, de 14 de janeiro, que o republicou.

I.4. Cruzeiros, náutica de recreio e marítimo-turística

- Náutica de Recreio - Decreto-Lei n.º 124/2004, de 25 de maio, aprova o Regulamento da Náutica de Recreio;
- Atividade Marítimo-Turística - Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 95/2013, de 19 de julho; Regulamento de Atividade Marítimo-Turística - Decreto-Lei n.º 21/2002, de 31 de janeiro (retificado pela Declaração de Retificação n.º8-E/2002, de 28 de fevereiro), alterado por Decreto-Lei n.º 289/2007, de 17 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 95/2013, de 19 de julho.

I.5. Segurança portuária e ambiental

- Segurança portuária - Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março - atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição;
- Regime jurídico do serviço público de pilotagem nos portos - Decreto-Lei n.º 48/2002, de 2 de março – inclui o Regulamento Geral do Serviço de Pilotagem → Certificados de isenção de pilotagem - Portaria n.º 434/2002, de 22 de abril (retificada pela Declaração de Retificação n.º 23-H/2002, de 29 de junho);
- Inspeção de navios pelo Estado do porto - Decreto-Lei n.º 61/2012, de 14 de março - transpõe a Diretiva n.º 2009/16/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril, entretanto alterada pela Diretiva n.º 2013/38/EU, de 12 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 27/2015, de 6 de fevereiro;
- Acesso e saída de navios e embarcações de portos nacionais - Decreto-Lei n.º 370/2007, de 6 de novembro;

- Proteção dos navios e das instalações portuárias - Regulamento n.º 725/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, → Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de novembro - aprova normas de enquadramento do Regulamento n.º 725/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, e transpõe a Diretiva n.º 2005/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro, complementado pelo Decreto Regulamentar n.º 86/2007, de 12 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 61/2012, de 14 de março;
- Resíduos de navios - Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24 de julho - transpõe a Diretiva n.º 2000/59/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro (com as alterações da Diretiva n.º 2002/84/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro), alterado pelo Decreto-Lei n.º 197/2004, de 17 de agosto (que transpõe a Diretiva n.º 2000/59/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro) e pelo Decreto-Lei n.º 57/2009, de 3 de março (que transpõe a Diretiva n.º 2007/71/CE, da Comissão, de 13 de dezembro).

I.6. Recursos Humanos

- Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias (EPAP) - Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de outubro;
- Remuneração e carreiras do pessoal das administrações portuárias - Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 577/2003, de 16 de julho, Portaria n.º 1182/2004, de 14 de setembro, Portaria n.º 1186/2004, de 15 de setembro, Portaria n.º 1146/2005, de 8 de novembro, Portaria n.º 778/2006, de 9 de agosto, Portaria n.º 849/2007, de 7 de agosto, Portaria n.º 270/2008, de 9 de abril, e Portaria n.º 652/2009, de 16 de junho;
- Estatuto remuneratório do pessoal técnico de pilotagem - Portaria n.º 633/99, de 11 de agosto, alterada pela Portaria n.º 344/2001, de 6 de abril, Portaria n.º 1186/2004, de 15 de setembro, Portaria n.º 1139/2005, de 7 de novembro, Portaria n.º 779/2006, de 9 de agosto, Portaria n.º 850/2007, de 7 de agosto, Portaria n.º 271/2008, de 9 de abril, Portaria n.º 652/2009, de 16 de junho.

I.7. Contraordenações

- Contraordenações nas áreas de jurisdição portuária - Decreto-Lei n.º 49/2002, de 2 de março;

- Contraordenações nas áreas de jurisdição da autoridade marítima nacional - Decreto-Lei n.º 45/2002, de 2 de março - alterado pelo Decreto-Lei n.º 180/2004, de 27 de julho, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2002/59/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 263/2009, de 28 de setembro;
- Lei-quadro das contraordenações ambientais – Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto - alterada pela Lei n.º 89/2009, de 31 de agosto (retificada pela Declaração de Retificação n.º 70/2009, de 1 de outubro);
- Proteção do meio marinho - Decreto-Lei n.º 235/2000, de 26 de setembro.

I.8. Normas diversas de caráter geral, designadamente:

- Regime do setor empresarial do Estado e das empresas públicas;
- Regime Jurídico da Concorrência;
- Parcerias público-privadas;
- Código dos Contratos Públicos.

II. Regulamentação Interna

Aprovadas pelo Conselho de Administração da APL, S.A., ou pela entidade reguladora e divulgada pela APL, S.A., podem ser de âmbito geral ou de âmbito interno, destinando-se estas últimas em especial aos seus trabalhadores.

II.1. Regulamentos referentes à atividade portuária e a outras atividades complementares:

- Regulamento da Autoridade Portuária de Lisboa
- Exercício da Atividade de Acostagem de Navios e Embarcações no Porto de Lisboa;
- Exercício da Atividade de Reboque de Embarcações e Navios no Porto de Lisboa;
- Emissão dos certificados de isenção do serviço de pilotagem;
- Exploração e de Utilização do Polo Náutico de Belém;
- Exploração e Utilização das Docas de Recreio;
- Gestão de Resíduos de Embarcações;
- Resíduos Sólidos Urbanos e de Limpeza Urbana da APL, S.A.;
- Normas para o controlo da qualidade da água no âmbito da atividade de fornecimento de água a embarcações.

II.2. Aplicação de tarifas e taxas:

- Regulamento de Tarifas da APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A.;
- Fornecimento de água pela APL, designadamente a embarcações e navios no porto de Lisboa;
- Fornecimento de energia elétrica;
- Inspeções Técnicas de Segurança;
- Instalações para Embarcações de Recreio;
- Náutica de Recreio e estacionamento a seco/reparação/exposição
- Atividade Marítimo-Turística;

- Atividades Dominiais;
- Eventos e Publicidade;
- Exploração Equipamento terrestre;
- Fornecimento de impressos, fotocópias e documentos técnicos e administrativos;
- Autorizações diversas

II.3. Controlo de qualidade e boas práticas

- Eficiência Ambiental - Boas práticas de governo empresarial;
- Transparência e publicidade - Boas práticas de governo das empresas do sector empresarial do Estado na aquisição de bens e serviços - Regulamento de Contratação de Bens, Serviços e Empreitadas da APL-Administração do Porto de Lisboa, S.A. (Ordem de Serviço n.º 4/2014, de 24.03)